



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 113 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
75.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	ATA	04
ORDEM DO DIA	04	RESENHA DE REUNIÃO	10
PAUTA	04	PARECERES	11

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)

2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)

3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)

4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)

2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)

3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)

4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)

2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.

3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.

4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

5. Deputado César Pires (PFL)

6. Deputado Francisco Gomes (PFL)

7. Deputado Geovane Castro (PFL)

8. Deputado João Evangelista (PFL)

9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)

10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)

12. Deputado Max Barros (PFL)

13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)

14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)

15. Deputado Pavão Filho (PRONA)

16. Deputado Rigo Teles (PFL)

17. Deputado Rubens Pereira (PFL)

18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)

19. Deputada Teresa Murad (PSB)

20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)

Deputado Rigo Teles (PFL)

Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)

2. Deputado Alberto Franco (PSDB)

3. Deputado Antonio Pereira (PPS)

4. Deputado Carlos Braide (PMDB)

5. Deputado Carlos Filho (PV)

6. Deputada Cristina Archer (PSDB)

7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)

8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)

10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)

11. Deputada Janice Braide (PTB)

12. Deputado José Lima (PV)

13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)

14. Deputado Paulo Neto (PSC)

15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)

16. Deputado Soliney Silva (PP)

17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Resende (PMDB)

Deputada Cristina Archer (PSDB)

Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)

2. Deputada Graça Paz (PDT)

3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)

4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luíz Pedro (PDT)

6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)

7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luíz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)

Deputado Soliney Silva (PP)

Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Eligio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Eligio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14/10/2004 - 5.^a FEIRAGRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO DOMINGOS DUTRA

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2004.-5.^a FEIRA**MEDIDAS PROVISÓRIAS EM VOTAÇÃO****ÚNICO TURNO - Regime de Urgência (art. 42, § 7º Constituição Estadual)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 003/04, capeada pela Mensagem nº 065/04, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997. Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para a emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário. Relatora: Deputada Helena Barros Heluy. TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE “QUORUM”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 004/04, capeada pela Mensagem nº 068-A/04, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão -ARSEP. - Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer favorável. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE “QUORUM”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 006/04, capeada pela Mensagem nº 070/04, que dá nova redação ao art. 54; ao caput e ao parágrafo único do art. 78 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003, e dá outras providências. Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário inclusive quanto as emendas 1, 2, 3 e 4. Relator: Deputado Mauro Bezerra.

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 14/10/2004 – 5º FEIRA:****URGÊNCIA 2ª E ÚLTIMA SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 129/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 074/04, que altera dispositivos da Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004, que institui o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária – FUNAT.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 13 de outubro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em treze de outubro do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.

Primeiro secretário deputado Antônio Carlos Bacelar .

Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às dezesseis horas, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, César Pires, Cristina Archer, Deusdedit Sampaio, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Humberto Coutinho, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Stênio Rezende e Wilson Carvalho.

Ausentes: Carlos Filho, Geovane Castro, Janice Braide, Socorro Waquim, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Teresa Murad.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO ANTÔNIO CARLOS BACELAR – (Lê Expediente).

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Ata lida e considerada aprovada. Não há expediente a ser lido.

II - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM. - Com a palavra o Deputado Max Barros.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Hoje ocupo esta tribuna por dois motivos: um talvez tenha um significado menor, mas eu vou registrar. Um membro do meu partido citou à imprensa que eu, o Deputado César Pires e o Deputado Chico Gomes e particularmente eu tinha sido surrado nas eleições municipais em Colinas. De fato eu perdi a eleição no Município de Colinas. Eu e o José Reinaldo sabemos o que aconteceu em Colinas, mas eu aceito a derrota, faz parte da democracia. Não perdi só em Colinas, perdi na Raposa, perdi em Graça Aranha como ganhei em outros municípios, isso faz parte do processo democrático. Agora, eu perdi com as pessoas que me ajudaram e me colocaram na Assembléia e eu não poderia estar em outro palanque, tanto em Colinas, na Raposa ou em Graça Aranha,

que não fosse daqueles que me colocaram aqui como deputado estadual. Eu sou leal com meus amigos, eu sou correto com meus correligionários, eu não traio meus amigos e têm derrotas que dignificam mais do que as vitórias; eu venci nas últimas eleições majoritárias, mas foi uma vitória de birra, têm vitórias que são derrotas. Quando se ajuda a eleger um governo incompetente, um governo que não é leal com quem foi leal com ele, um governo que não foi incorreto com quem foi correto com ele, essa vitória na realidade foi uma derrota. Têm derrotas que dignificam, mas têm vitórias que envergonham. Eu queria fazer apenas esse registro. E dizer também que esta Casa não pode se omitir mais na questão da educação. As medidas provisórias n.º 02 e n.º 03 têm que ser votadas. Nós temos que mostrar a cara aqui, discutir essa questão da educação, discutir a questão dos professores, porque a grande verdade é que no interior do estado e na maioria das escolas de São Luís as aulas não estão acontecendo como deveriam acontecer. Os professores que negociaram ano passado um acordo e esse acordo foi transformado em lei e para surpresa dos professores, para a surpresa desta Casa que avalizou o acordo, veio uma medida provisória derrubando uma lei, que no meu entendimento é inconstitucional porque fere o direito adquirido. O que está se discutindo aqui não é aumento salarial, o que está se discutindo aqui é o cumprimento de uma lei que foi fruto de um acordo do governo do estado, dos professores e com o aval desta Assembléia. Se o momento é outro, se o Estado está falido pela incompetência do governador do Estado, eu acho que os professores e os deputados podem chegar a um acordo e se houver um acordo entre o governo do estado e os professores, um acordo conseqüente eu votarei a favor das medidas provisórias. Eu não sou a favor da terra arrasada e se esse acordo for construído e for efetivado o Deputado Max Barros vai votar a favor do acordo. Agora se esse acordo não for construído eu faço um apelo aos meus colegas parlamentares, que dêem quorum aqui na Assembléia Legislativa para que as MPs sejam votadas, para que sejam discutidos em termos de idéias e quem tiver mais votos que ganhe e que a população julgue quem votou certo e quem votou errado. Nós não podemos aceitar que um equívoco do governo do estado ao não cumprir a legislação, ao não cumprir o acordo, macule esta Assembléia e recaia sobre os ombros do Legislativo a omissão por não ter votado essa matéria de tão grande relevância para os professores e para a educação do Maranhão. Senhores deputados, não à omissão. Vamos votar e dar uma resposta aos professores da educação mesmo que seja negativa, vamos dar a resposta, vamos mostrar a cara. Senhores professores contem com o voto do Deputado Max Barros a favor de vocês e da educação. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra a senhora Deputada Cristina Archer.

A SENHORA DEPUTADA CRISTINA ARCHER (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, membros da Mesa, senhores deputados, servidores da Casa, galeria, imprensa aqui presente, meu bom dia. É uma satisfação estar aqui de volta aos trabalhos e ao convívio dos senhores. É com alegria que eu estou aqui novamente, mas é com um pouco de tristeza que faço o pronunciamento que passo a ler porque não quero perder nenhuma das idéias. Estou falando mais uma vez, eu acredito que muitos já devem ter falado aqui sobre eleições municipais. Trago hoje a esta Casa, usando da prerrogativa da indignação, o relato sobre a fraude eleitoral em Codó, praticada e armada pelas forças do atraso, nas últimas eleições municipais. Não se trata de lamentos e de atos de desespero de perdedor. O que aqui relato se constitui em um hediondo crime: O crime de manipular, de impedir a vontade coletiva através do uso do poder e acobertado pelo manto de suposta impunidade. Não se trata mais de fraudar recursos públicos, não se trata mais de prostituir corpos e mentes adolescentes. Agora trata-se de fraudar, de prostituir o último trunfo de cidadania: o voto. Fraudaram as eleições de Codó da forma mais escabrosa e grosseira. Agora violentaram a vontade democrática e quando a vontade democrática é violentada pela podridão da fraude, abrem-se precedentes

a todos os matizes de desmandos. Falo da operação armada em Codó que culminou com o derrame de, aproximadamente, dez mil títulos eleitorais falsificados para beneficiar o candidato a prefeito Biné Figueiredo, como atestam inúmeros depoimentos de eleitores do município dados à polícia. Para que os senhores deputados tenham noção das arbitrariedades cometidas, vou deixar aqui com a Mesa Diretora os autos de prisão em flagrante constando 18 depoimentos, mas trago aqui a síntese de um dos depoimentos que retrata bem o que lá aconteceu. O do senhor Antônio Luís Pires dos Santos, residente no Bairro Santa Clara, relata que foi convidado por uma pessoa que não sabe o nome, para ir trabalhar nas eleições de Codó, onde receberia dez reais por voto além de transporte, alimentação e hospedagem e foi conduzido para Codó em uma van onde havia em torno de vinte passageiros e que lá chegaram às 05:30h do dia 03, dia da eleição e que todos ficaram hospedados no sítio onde foi dado o flagrante, o sítio do senhor Júlio Salem. Nesse sítio haviam outras pessoas hospedadas e várias motos e mototaxistas, que ficariam responsáveis de fazer o transporte das pessoas vindas de São Luís que votariam com os títulos eleitorais falsos. Palavras dele; que foi instruído a votar no candidato Biné Figueiredo, porém não falaram o nome de candidato a vereador; com a chegada dos policiais várias pessoas conseguiram fugir. É importante registrar senhores, que o flagrante foi dado pelos próprios promotores públicos do Município de Codó: os Doutores Esdras Liberalino Soares Júnior e José Augusto Cutrim Gomes, às 9:30hs da manhã quando já transcorria a eleição e que a fraude já vinha também transcorrendo desde às 8:00hs da manhã com pessoas vestidas de fiscal, credenciadas pela coligação como fiscal, transitando pelas ruas e se mantendo nas filas de votação tento, portanto, a prioridade do voto como fiscais. Volto a repetir que aproximadamente dez mil títulos eleitorais foram falsificados e usados na forma relatada pelos depoentes nas eleições de 03 de outubro de 2004 para beneficiar o candidato Biné Figueiredo. Portarias expedidas no dia da eleição pelos juizes Nelson Ferreira Martins Filho e Kátia Coelho de Souza Dias, da Comarca de Codó, ratificam a violenta falcaturia que se instalou naquele município. As portarias atestam claramente a prisão em flagrante de várias pessoas portando centenas de títulos eleitorais falsos. E mais: que esses títulos estavam sendo utilizados em todas seções eleitorais de Codó, maculando o direito de voto do real eleitor. Ouçam senhores deputados, senhoras deputadas, os considerando das portarias dos senhores juizes eleitorais baixadas às 11:00hs da manhã do dia da eleição: “Considerando a manutenção da ordem pública e a lisura do pleito eleitoral que acontece no dia de hoje, dia 03 de outubro; Considerando a prisão em flagrante de várias pessoas portando centenas de títulos eleitorais falsos; Considerando que tais títulos estão sendo utilizados em todas as seções eleitorais desta municipalidade, maculando o direito de voto do real eleitor, resolve e por aí vai; As portarias dos senhores juizes falam por si só dos absurdos ocorridos em Codó. Tenho absoluta consciência senhores, da gravidade da denúncia que estou apresentando nesta Casa. Todos os senhores me conhecem e sabem que eu não seria leviana a ponto de trazer uma denúncia vazia sem o menor peso de prova material. Estamos chamando a atenção da sociedade, por meio da Assembléia Legislativa, para que sejam tomadas as providências cabíveis em crimes dessa natureza. As provas materiais do grosseiro crime estão à disposição da imprensa e dos senhores deputados. Ao final deste pronunciamento estarei repassando à Mesa Diretora cópias do auto de prisão em flagrante, com os depoimentos dos 18 depoentes, cópia do auto de apresentação e apreensão; portarias dos juizes de n.º 001/2004 e n.º 002/2004 baixadas pelos juizes eleitorais às 11:00hs daquele dia, demonstrativo de incidentes registrados em ata de algumas seções; a carta aberta da sociedade civil e, sobretudo, fotos que identificam a fraude no dia 03 de outubro. Esta mesma documentação senhores, acompanhada de denúncia formal está sendo encaminhada também ao Ministério Público Federal, a CNBB, ao Conselho Federal da OAB, ao Ministério da Justiça e ao Tribunal Superior Eleitoral. A Coligação “Avança Codó” ingressou junto a justiça eleitoral recorrendo a anulação do pleito de 03 de outubro. Cabe, antes, à classe política maranhense

reagir a esse tipo de insulto à autoridade da justiça e à boa fé da população. O Maranhão senhores, não pode e não deve silenciar diante de fatos tão graves. Peço a esta Casa, mais uma vez, que faça ecoar esta denúncia para que esses os fatos ocorridos em Codó nunca mais se repitam em qualquer outra parte do Maranhão. Mais do que uma denúncia, faço aqui um clamor em nome da sobrevivência do livre processo democrático de escolha de representantes, que é a eleição. Não podemos senhores, transformar o processo eleitoral num simples e malsucedido ritual de camuflagem de uma operação tosca de fraude previamente organizada". Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o deputado Domingos Dutra .

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. O que me traz a esta tribuna nesse momento, é uma preocupação externada por alunos da rede pública estadual, relativa ao vestibular da UFMA. A UFMA está marcando o seu vestibular para o dia 19 de dezembro, antecipando do mês de janeiro, em que tradicionalmente o vestibular era realizado. Se esta data for mantida haverá um prejuízo incalculável para os estudantes das escolas públicas, que em função da greve estão com o término do terceiro ano sem possibilidade de ser concluído este ano. A Universidade Federal do Maranhão que deveria ser prioritariamente para os alunos da escola pública e se o vestibular for mantido para o mês de dezembro, esses alunos na sua grande maioria estarão fora da disputa. Então, nós estamos fazendo um apelo ao Reitor, vamos encaminhar um expediente ao Ministro da Educação, vamos tentar marcar uma audiência com o Reitor, no sentido de que o vestibular da UFMA fique mantido para o mês de janeiro, porque a antecipação para dezembro deixará de fora ou colocará numa disputa desigual os alunos da escola pública. Com isto a classe média que está estudando em escola particular, que não teve o seu período letivo interrompido e que tem condições econômicas de ter uma educação melhor, porque tem uma série de aparatos que o aluno de escola pública não tem, esses estudantes terão melhor condição de disputa. Eu pediria aqui o apoio da Casa, no sentido de que a UFMA não antecipe o vestibular, porque a greve continua, e com certeza o ano letivo só vai terminar no próximo ano, os alunos de terceiro ano estão prejudicados e se o vestibular for antecipado isso causará um prejuízo ainda maior aos alunos de escola pública. Daqui fica o meu apelo no sentido de que a UFMA não antecipe. A UEMA que ia fazer o vestibular em janeiro, está prorrogando para fevereiro e UFMA de forma inexplicável está antecipando para dezembro. Fica aqui o meu apelo; vou encaminhar os expedientes que são normais, mas fica aqui o meu registro para que o Reitor da UFMA não antecipe o vestibular daquela Universidade Federal. Com relação as medidas provisórias senhor presidente, eu rapidamente, só prestando uma informação e uma prestação de contas; na sexta-feira nós fizemos mais uma reunião com o secretário Simão Cirineu, o sindicato, Deputado Aderson Lago e Deputado Alberto Franco. Foi feito uma nova proposta, uma nova medida provisória, o sindicato ficou de convocar a categoria para deliberar sobre essa nova proposta. Com relação a UEMA, na segunda-feira, fizemos uma outra reunião. O governo estava querendo pagar o atrasado em cinco anos e recuou para quatro, mas os professores não aceitam porque eles não confiam que o pagamento seja feito pelo outro governo. Os professores da UEMA só aceitam se o pagamento for feito nos anos de 2005 e 2006. Eu, naquela reunião declarei que diante do impasse. - Nós todos estamos cansados de tantas reuniões e que se não houver um acordo, eu naquele momento estaria me retirando das negociações, porque os avanços que ocorreram foram pequenos. Nesse momento os professores da UEMA estão tentando o último contato com o Dr. Pedro Maranhão para ver se é possível haver um composição. Não havendo senhor presidente, acho que esta Casa tem que votar, a minha opinião, não sei se a do Deputado Aderson Lago. Como o Sindicato ficou de convocar uma nova assembléia para apreciar

a nova proposta, eu acho que o nosso limite nesta discussão é esta semana, na outra semana não há como protelar a votação das medidas provisórias, e assim como comuniquei na reunião de segunda-feira entre a Comissão de Parlamentares, a Comissão da UEMA e o Dr. Simão Cirineu, se não houver acordo, nós vamos ter que votar contra o governo a respeito dessas medidas provisórias. Nós, tanto eu como Deputado Aderson Lago, Deputado Luiz Pedro e o Deputado Alberto Franco, que equivocadamente alguns meios de comunicação dizem que nós estamos lá representando o governo, nós estamos representando esta Casa, a comissão foi designada pelo Presidente da Assembléia para representar o Poder Legislativo, e nós temos feito o maior empenho para que a gente chegue a um acordo, porque é da natureza do processo, a natureza da greve as negociações e não havendo acordo, nós vamos ter que votar para derrotar as medidas provisórias. Portanto, só concluindo, esperamos que o sindicato convoque esta semana essa assembléia e nós vamos fazer o último esforço para que Dr. Pedro Maranhão receba os professores da UEMA, que tem uma assembléia hoje a tarde, e quero antes desta assembléia ter uma única conversa com o governo. Era esse o registro e também o apelo que faço a UFMA. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o deputado João Evangelista.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados. Esta Casa criou uma comissão para que fizesse a intermediação no diálogo participando com responsabilidade de quem vota e decide, matéria aqui encaminhada a este Poder, para que encontrassem alternativas dentro das medidas provisórias que o Poder Executivo encaminhou a essa Casa. E a comissão vem avançando juntamente com segmentos envolvido na matéria, e o avanço desse entendimento já se pôde notar quando do acordo da votação do depósito judicial, que destinamos 20% para pagamento de contratado. Isto foi um avanço com a participação desta Casa e o sindicato, e esta Casa inverteu a pauta e aprovou. Agora é muito difícil buscar o entendimento quando o sindicato, que por força de lei tem a representação, participa de um acordo, define e vota, e outro segmento discorda nesta questão do Estatuto do Magistério. Nós entendemos senhor presidente, senhores deputados que mais uma vez não se faz necessário votar hoje a medida. Porquê? O próprio Deputado Domingos Dutra, o Deputado Aderson, e os demais membros da Comissão estiveram com o Sindicato, com Secretário de Planejamento e discutiram a alteração da MP, que modifica alguns artigos no Estatuto do Magistério. Ora, já houve um avanço, anteontem nesta negociação. E é por esta razão, que muitas vezes se pede para que a Bancada do Governo faça obstrução, considerando que o governo busque esse entendimento, e graças a Deus a última reunião do sindicato com a comissão da Assembléia e o governo do Estado buscou-se alguns avanços, e cuja medida provisória em substituição a n° 06 está sendo editada dentro de um acordo celebrado, discutido onde a Comissão da Assembléia, o sindicato e o governo vem avançando. Por está razão, é que muitas das vezes a gente é interpretado totalmente contrário da situação, se esta Casa não tivesse buscando esse entendimento, um avanço nessa discussão e nós tivéssemos aqui apenas obstruindo a votação, só para ganhar tempo, aí era um manobra não decente. Mas, o que se tem hoje é uma comissão instituída nessa Casa para buscar o entendimento, Deputado Julião. É salutar politicamente, para o Parlamento é importante e nós já tivemos avanços em algumas medidas, e o governo atendendo ao acordo, a discussão da comissão com o Sindicato e o próprio governo, está hoje providenciando as alterações em relação a Medida Provisória n.º 06, que com certeza ela já traz alguns avanços, inclusive, a tabela discutida, enfim, a redução de prazos. Há um ganho, e só será possível fazer isso senhoras e senhores deputados, se nós partirmos para um diálogo. O governo não tem interesse em estar segurando pauta não. Se quer votar. O governo

encaminhou, mas se buscou entendimento e esse entendimento está sendo fruto desta negociação com o governo e o sindicato representativo. Enquanto houver possibilidade de entendimento para que essa medida seja votada dentro de um acordo celebrado entre as partes, nós vamos sim fazer o bloqueio da votação para que a gente possa votar uma matéria realmente que venha a atender os interesses das partes. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o senhor Deputado Rubens Pereira.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. Senhor presidente, eu venho a esta tribuna hoje porque ao chegar aqui no plenário da Assembléia, eu vi uns cartazes expostos lá na galeria e eu fiquei surpreso com uns cartazes que estavam lá na galeria, quando diz aqui nos cartazes: O Maranhão vai ficar sabendo dos traidores da educação, esses deputados estão contra a educação do Estado do Maranhão. E na foto vem aqui, Deputado João Evangelista, de Cururupu e o Deputado Rubens Pereira, de Matões. E eu quero aqui dizer que, quem elaborou esses cartazes não está tendo conhecimento do que se está discutindo aqui na Assembléia, porque até o momento senhor presidente, não foi votado nada nesta Casa no que se refere as medidas provisórias da educação. Então quem elaborou esses cartazes, está pressupondo que o Deputado Rubens Pereira e o Deputado João Evangelista vão votar contra a educação. Em nenhum momento o Deputado Rubens Pereira, que não é deputado de Matões, é deputado do Maranhão, se posicionou contra a educação. Eu tenho me colocado a disposição e ajudado nas negociações. Que se encontre uma alternativa para se resolver o impasse que existe entre o Governo do Estado e os professores do Estado do Maranhão. Agora, se nós já tivéssemos votado as MP que aqui estão Deputado Julião Amin, e o Deputado Rubens Pereira tivesse votado contra os professores, eu assumiria a responsabilidade pelo meu voto. Mas, eu não aceito que ninguém fique pressupondo a maneira de como eu vou votar, porque eu represento o meu Estado, o Estado do Maranhão, represento o segmento dos professores no Estado do Maranhão, como represento os segmentos de segurança pública, da saúde, da agricultura todos os segmentos sociais do Estado do Maranhão. Eu sou representante, porque por todos esses segmentos eu fui eleito. Então, assim como os professores estão hoje lutando pelo um direito que já conseguiram junto ao governo do estado e eles estão achando que estão sendo injustiçados pelo governo do estado, eu também estou sendo injustiçado pelos professores, porque eles não podem me julgar antes que eu dê o meu voto, para eles saberem como eu vou me posicionar. Deputado Domingos Dutra, que é o responsável por essa comissão que foi formada aqui pelos colegas deputados, o Deputado Domingos Dutra não está articulando só em nome do Deputado Dutra, ele está falando por uma comissão que representa todos os deputados desta Casa, que estão a procura de encontrar um entendimento junto ao sindicato. Então, eu quero pedir aos senhores professores, que não me julguem, não leve o meu nome para rua como estão fazendo, porque isso é uma campanha difamatória contra um deputado, contra um cidadão de bem, dizer que ele pode votar contra. Esperem o meu voto, para vocês poderem saber se o Deputado Rubens Pereira é a favor ou é contra a educação. Mas, neste momento estão cometendo uma grande injustiça para com o Deputado Rubens Pereira e para com o Deputado João Evangelista, ele já esteve aqui e fez o seu pronunciamento, então quero aqui pedi aos membros do sindicato dos professores que esperem os últimos entendimento que estão faltando acontecer e que devem acontecer hoje e que se acontecer os entendimentos, imediatamente nós votaremos as medidas provisórias aqui. Dei um voto na Comissão de Constituição e Justiça e as pessoas podem estar interpretando que a maneira do meu voto na Comissão de Constituição e Justiça tenha sido contra os professores, aí é preciso que tomem conhecimento. O que a Comissão de

Constituição e Justiça vota? Ela vota a constitucionalidade da MP, e a MP é constitucional. Então, eu não poderia deixar de dizer que a Medida Provisória é constitucional, agora não porque eu disse que a Medida Provisória é constitucional no voto, que eu vá me posicionar contra os professores do meu estado. Então era esse o esclarecimento que eu queria fazer aos professores e aos meus colegas deputados, e peço que tenham prudência e que esses cartazes, quem os tiver feito que tenha a coragem de chegar e assumir, se tiver sido o sindicato que mandou fazer, que o sindicato bote embaixo dizendo; é o sindicato dos professores que está fazendo está denúncia contra o Deputado Rubens Pereira e contra o Deputado João Evangelista, porque aqui está um panfleto anônimo, sem ter nenhum responsável pelo o que aqui está escrito, e quando a gente faz uma denúncia, a gente tem quer ser responsável pelos atos assim como eu serei, Deputado César Pires, responsável pelo meu voto na hora certa. Espero que quem tenha feito este manifesto também assumas as suas responsabilidades. Era isso que eu tinha a falar senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra a Deputada Graça Paz.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, senhores da imprensa e galeria cativa, que está todo tempo aí acompanhando os nossos trabalhos. Eu assisti aqui, ouvi atentamente parte do discurso da Deputada Cristina Archer e dou toda razão a deputada apesar de não ter participado da política lá em Codó, mas tenho cunhado que se elegeu lá, o vereador mais votado da coligação, irmão do meu marido o ex-Deputado Clodomir Paz, que é do grupo da Deputada Cristina Archer, e é lamentável que essas coisas aconteçam... e não aconteceu só em Codó, como em vários municípios do Maranhão. Eu acho que a política deveria ser feita de outra forma, de uma forma mais limpa e o que a gente vê são políticos que partem para uma eleição como se fosse a última coisa da sua vida. Hoje mesmo no Estado Maior, eu estava lendo um pedacinho a respeito da eleição de Porto Rico, onde o jornalista que escreveu, diz que a Deputada Graça Paz tinha sido derrotada com o seu filho lá em Porto Rico. E eu não considero uma derrota de forma nenhuma, até porque não é a última coisa que meu filho tem a fazer, Guilherme Paz é um advogado novo com 25 anos, Procurador do Município, diferente do que o Deputado Rubens Pereira disse no palanque lá em Porto Rico, que eu estava procurando o primeiro emprego para o meu filho, V.Exa. está se dizendo injustiçado daqui da tribuna e vê como dói as injustiças, as palavras mau ditas, porque o meu filho advogado, Procurador do Município, não foi o primeiro emprego que eu estava procurando para ele, como eu disse, a gente tem que ter muito cuidado, ele tem outras alternativas de vida, às vezes a pessoa se atira numa coisa dessas com se fosse a última coisa. Meu filho é muito novo e tem um caminho todo a seguir para frente, a experiência valeu e eu até dou graças a Deus, porque o comentário lá é que se ele fosse eleito, ele não iria assumir porque iriam tirar a vida dele. Nós não somos de briga, nós não somos de guerra, nós queremos fazer uma política calma, uma política limpa, porque é isso que a gente costuma fazer. Quem conhece o ex-Deputado Clodomir Paz, sabe da sua trajetória de vida, política e pessoal, vê que nós não fazemos política dessa forma. E é lamentável que em vários municípios do Maranhão as coisas aconteceram dessa forma. Lá em Porto Rico onde eu fiquei os dez últimos dias antes de percorrer todos os municípios onde eu fui votada, eu fiquei os últimos dez dias e foi simplesmente um terror, quando a gente saía nas estradas eram motos saindo de dentro do mato, com motoqueiros que ninguém sabia de onde vinham, armados com foguetes, jogando foguetes em cima dos trios elétricos, dos palanques da gente e do pessoal. Eu pedindo calma, que não revidassem. Mas jogavam foguete nas casas das pessoas, queimando os outros em cima do meu palanque, quatro moças foram queimadas por um foguete jogado de dentro do mato. Quer dizer, assim se transcorreu em vários lugares do Maranhão como se fosse a

última coisa que aquela pessoa tivesse, como se não tivesse uma outra alternativa de vida. E é isso que se pensa, que às vezes o político, ele quer se esconder atrás do mandato não sei porque, têm suas razões de ser. Então, isso tem que terminar aqui no Maranhão, acho que a justiça eleitoral, a segurança pública, precisa agir nesses momentos para que iniba esse tipo de coisa. Então, eu acho que as eleições no dia até se transcorreram bem, mas o que antecedeu o dia da eleição durante a campanha foi um terror em vários municípios do Maranhão. Eu espero que isso não aconteça mais, porque a gente tem que tomar, nós como representantes do povo, temos que tomar providências neste sentido. Fala também do deputado, neste mesmo Estado Maior, do Deputado Luiz Pedro que não conseguiu eleger não sei quem, fala do Deputado Julião que não conseguiu eleger a sua irmã, e eu acho que são pessoas para as quais um mandato não é tudo na vida. A irmã do Deputado Julião é uma profissional, se não deu desta vez, ela vai seguir o caminho dela, assim como meu filho, assim como a pessoa que falaram do Deputado Luiz Pedro. Eu acho que o Deputado Albérico, um grande deputado perdeu lá em Barreirinhas, não é por isso que o mundo acabou, ele vai continuar na vida pública com certeza assim como todos esses políticos. A vaga era só uma para prefeito e todos esses políticos que perderam a eleição devem ter outras alternativas de vida...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Olha o tempo Deputada Graça.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ – Um momentinho já vou terminar presidente. Então eu acho que é isso que tem que ser visto. Eu acho que nós temos que tomar essas providências para que as próximas eleições transcorram diferente em vários sentidos do que aconteceu nesta eleição. Obrigada presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Manoel Ceará.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, senhores da imprensa, senhores da galeria. Eu, Deputado Ceará quero falar um pouco sobre as medidas. Os deputados, nós aprovamos a medida 05 encaminhada pelo Deputado Dutra, eu reconheci que era do Poder Judiciário, mas era o primeiro passo para gente resolver o problema dos professores do Maranhão. E garanto a todos os professores e professoras que qualquer medida que entrar aqui na Assembléia para ser votada, eu voto ao lado dos professores. E quero explicar também, vou falar sobre a política do Maranhão e sobre a política de Bacabal. Sim, eu não elegi a minha esposa, como ontem eu estive conversando com um amigo meu, porque o relatório ele já sabia aqui da Assembléia, que chegou também um amigo meu de Bacabal, que chegou na época da quebra do milho e disse que ele comprou muito voto para eleger a esposa dele. Então o problema foi do povo que se vendeu, que o pessoal vive lá sem emprego, sem educação, sem saúde e na hora de uma coisa dessa se aproveita em receber aqueles vinte reais ou trinta reais. Mas, o Deputado Ceará, até o mês de março ele sabe como ajudou o povo de Bacabal e agora na véspera da eleição tinha uma comissão do lado do prefeito, por nome de segurança, de dez ou doze batendo nas pessoas nas esquinas, na saída de rua e eu digo aqui e provo porque bateram no filho de um assessor meu, do Assis, um jovem que não procura conversa com ninguém e diz que tem um “chamurro” que é igual touro que se julga ter toda força, seis cercaram o rapaz na esquina o rapaz ia numa S-10 desceram ele, puxaram para fora soparam ele, soquearam ele, pegaram os santinhos que ele tinha jogaram no moto. Não pode continuar em Bacabal essa violência, mas eu não culpo todo bacabalense, o pessoal de Bacabal queria mudança, mas enfim, a candidatura da dona Taugi, não era uma candidatura legal, era ilegal, ela renunciou na véspera da eleição, muita gente ficou constrangido, mas assim mesmo, ele só bateram nela em seiscentos votos, com toda humilhação. E por isso Bacabal, eu sempre

explico a imprensa, a violência de Bacabal não nasce do Deputado Ceará, o Deputado Ceará só tem feito o bem em Bacabal, nasce desse outro lado que tomaram a eleição a força e vamos ver se eles vão continuar um Bacabal melhor, porque até hoje é um Bacabal sem emprego, é um Bacabal sem saúde, é um Bacabal com humilhação, é de multas, é de todas as coisas, tanto dos carroceiros, como de moto, só tem coisas ruins em Bacabal. Vamos esperar que essa administração desse vice prefeito, que foi eleito em Bacabal, que passou oito anos com o outro governo que nada fez e quer continuar em Bacabal. Seiscentas pessoas quiseram a continuação. O povo sabe o que quer, mas depois eles podem reconhecer como está Bacabal. Só isso que eu queria dizer senhor presidente. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o Deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO- Declino.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Ordem do Dia. Medida Provisória n.º 02/04. Encerrada a discussão. Em votação o parecer contrário. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Medida Provisória n.º 03. Matéria vencida. Verificação de quorum para a Medida Provisória n.º 03.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Questão de Ordem senhor presidente. O plenário pede esclarecimento do que foi aprovado.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Senhor presidente, nós pedimos verificação de quorum.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Fazer verificação de quorum.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (faz chamada nominal).

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Senhor presidente, o que foi aprovado?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Foi aprovado o parecer da Comissão de Justiça, contrário à Medida Provisória n.º 02

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Senhor presidente, nós pedimos verificação de quorum do parecer.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO REGINALDO NUNES – Vou repetir a verificação de quorum.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- O parecer não é votado isolado, a matéria é do Poder Executivo. Pode não, consulte os seus assessores. Não pode, não pode é matéria do governo, ele é o autor só poderia recorrer da votação do parecer se fosse parlamentar autor, é matéria do Poder Executivo, portanto votasse a matéria com parecer e V.Exa. separou, está no Regimento...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Votou-se o parecer que foi aprovado.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA - Senhor presidente, tem que votar a matéria junto. Senhor presidente está errado, verifique.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Se o parecer fosse rejeitado a matéria voltaria para discussão.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- Senhor presidente, a sua assessoria está lhe informando errado. Está aí o Verde, que acabou de me dizer que matéria do Executivo, quando o parecer é contrário vota-se a matéria com parecer contrário ou rejeita-se, se fosse de autoria de um deputado, o deputado recorreria para a votação do parecer senhor presidente, isso quem me disse foi o Verde, seu assessor que me passou as orientações do Regimento.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Proceda a chamada.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE - Senhor presidente, só uma orientação. Essa chamada é para verificar o que, senhor presidente?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Se prossegue a votação das outras medidas.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- O senhor já aprovou alguma medida?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Foi aprovado o parecer da comissão.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO - Senhor presidente, pela ordem. Eu gostaria que V.Exa. revisse fita, V.Exa. colocou em discussão e votação a Medida Provisória, pode ver aí, V.Exa. disse: em votação e discussão a medida. E não o parecer, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - A Medida Provisória n.º 02 retorna a Comissão, para oferecer projeto de decreto em virtude do resultado da votação.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- Meu Deus do céu, isso não existe senhor presidente, consulte a Mesa, a sua assessoria.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES (faz chamada nominal).

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- De forma que ele fez, foi rejeitada a medida.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- A votação não pode ser concluída para as Medidas Provisórias n.º 03 e n.º 04.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Senhor presidente, só um esclarecimento. Eu já entendi o que V.Exa informou, foi aprovado o parecer de Constituição e Justiça que rejeitava a Medida Provisória. No meu entendimento a Medida Provisória foi rejeitada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Eu consultei aqui a Assessoria e o entendimento é esse, a Medida Provisória foi rejeitada.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – É isso, foi rejeitada.

III - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o senhor Deputado Joaquim Haickel.

O SENHOR DEPUTADO NAGIB HAICKEL (retirado para revisão do orador)

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ – Tempo dos blocos parlamentares. Bloco Parlamentar Democrático, Deputado César Pires. 26 minutos.

O SENHOR DEPUTADO CESAR PIRES (retirado para revisão do orador)

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ – Bloco Parlamentar de Oposição. Deputado Domingos Dutra, dez minutos.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhora presidente, senhores deputados, imprensa e galeria. A votação ainda há pouco da medida provisória n.º 02, constitui um marco histórico no nosso parlamento e na política do Maranhão. É desta forma que nós acreditamos no parlamento, um parlamento que não segue a lógica do Poder Executivo sempre, e a derrota do governo ainda há pouco, além de ser muito importante para a história do parlamento, para a democracia em nosso Estado, é o primeiro reflexo positivo da briga, do racha no interior do grupo Sarney. Se não fosse essa briga nós teríamos aqui 32 deputados contra 8, como nós tivemos durante o ano de 2003 todo, onde quase todas as matérias o governo tinha um maioria esmagadora sobre a oposição. Portanto, é muito importante o que está acontecendo no Maranhão. Essa divisão no interior de um grupo monolítico que há quase quarenta anos dita o destino do Maranhão, é muito Deputado Julião. A comissão que foi designada pela Mesa, na segunda-feira no caso da UEMA, nós nos reunimos e quando acabou-se a possibilidade de acordo onde o governo do estado afirmava que não podia passar de quatro milhões do pagamento do passivo no ano de 2005 e que não poderia pagar mais nada em 2006 ou pagar o mínimo e deixar o resto para 2007 e 2008, eu disse naquela reunião que lamentava não haver acordo, porque nós fomos designados aqui para tentar encontrar uma mediação e tantos os professores da UEMA quanto os professores do 2º grau, quanto a comissão, buscavam um acordo. Mas ali, na hora que se esgotou as possibilidades de acordo, eu declarei, aqui está o professor Saturnino e outros, eu disse lamento não ter havido acordo porque essa é uma frustração que todos nós estamos na negociação, mas eu vou lutar para derrotar o governo no plenário da Assembléia. E ontem o reitor me ligou, Dr. Valdir Maranhão, me ligou hoje para tentar mais um contato que os professores estavam querendo, nós tentamos com o Dr. Valdir Maranhão, o Dr. Pedro Maranhão que se reabrisse às negociações; Dr. Pedro Maranhão achava que não tinha mais nada para acrescentar porque estavam esgotados e aqui houve o resultado que foi a derrota do governo. Acho que o governo perdeu Deputado Julião. Primeiro porque continua um governo vacilante. O governo fez um acordo, comemorou o acordo, mandou para a Assembléia, a Assembléia transformou o acordo em lei e um ano depois o governo diz que não pode cumprir o acordo porque as projeções não se confirmaram, e ao invés do governador demitir o seu Luciano Moreira que passou 14 anos no governo, que orientou o governo com projeções erradas, o governador fez foi dar um prêmio para o senhor Luciano Moreira designando ele para uma Secretaria, que é Secretaria estratégica para o governo. O governo foi derrotado porque o governador já disse que vai sair do PFL, depois disse que vai deixar para o próximo ano, não decide o que faz. O governo foi derrotado porque aqui não tem liderança de governo. Eu, o Deputado Aderson Lago, Deputado Luiz Pedro passamos o período eleitoral em nome da Assembléia, tentando encontrar uma saída, enquanto que as lideranças do governo estavam atrás de voto. Na sexta-feira eu e o Deputado Aderson, o Deputado Alberto Franco, nós estávamos em reunião para tentar um acordo, mas

as lideranças estavam comemorando churrasco com os seus prefeitos que foram eleitos. Na segunda-feira eu e o Deputado Aderson estávamos mais uma vez com a UEMA, tentando um acordo. Onde estava o líder do governo? Comemorando com churrasco a vitória dos seus candidatos. Então eu acho que foi muito importante essa questão da derrota do governo. É um governo que diz que não tem nada a ver com o passado, mas no outro dia diz que pode apoiar o Sarney Filho para candidato ao governo. É um governo que diz que quer romper com o grupo Sarney mas faz esse acordo que o Deputado César Pires acaba de se referir e que os jornais divulgaram de fazer um grande convênio transferindo as atribuições da saúde para uma universidade privada do seu Mauro Fecury que todo mundo diz que o CEUMA na verdade pertence a família Sarney. Então é importante a derrota do governo aqui, primeiro para nós da oposição, que a gente passa a ter mais oxigênio, passamos a ter possibilidade de aprovar os nossos projetos. Então eu quero parabenizar o parlamento, acho que o parlamento, a democracia ela só se satisfaz quando há equilíbrio. Quando um grupo tem força demais, significa opressão, significa coação sobre aqueles grupos que é de menos. Portanto, o governo perdeu hoje e vai perder a medida provisória n.º 06, vai perder a n.º 03 que diz respeito aos contratados, se não fizer um acordo, se não sentarem a mesa e não fizerem um acordo, que contemple todos os interessados. Desde o começo eu tenho dito, aqui nas minhas contas tinha 19 votos contra o governo. Dezenove para o governo derrotar é preciso que haja pelo menos 20 votos a mais, botar 39 deputados aqui no plenário é muito difícil, principalmente depois da eleição que tem muita mágoa espalhada no interior do bloco que constitui o governo. Portanto, eu acho que é positivo, é assim que o parlamento deve se comportar e eu e o Deputado Aderson com a decisão de hoje acabamos a nossa tarefa em relação a UEMA, porque a nossa tarefa era procurar uma negociação, estamos a disposição dos professores ainda, mas com a derrota da medida provisória essa comissão acaba sua tarefa junto a questão da UEMA. E relativamente aos professores da rede pública estadual, vamos esperar a assembleia do sindicato para verificar qual vai ser a posição. Por fim senhora presidente, eu queria falar de um outro assunto que diz respeito a segurança. O sindicato dos motoristas estão ameaçando parar suas atividades porque não há segurança para que eles possam trabalhar. E aqui a gente faz um apelo ao governo do estado, a própria Prefeitura de São Luís, aos prefeitos da região metropolitana, que a gente faça um grande mutirão para evitar violência que hoje é cada vez maior nos coletivos hoje na região metropolitana. São vários cobradores assassinados, são motoristas que já perderam a vida diante da violência, a violência cada vez maior em nossa região. Portanto, eu queria fazer um apelo aqui, que a Assembleia não ficasse omissa diante do clima de insegurança que hoje reina na região metropolitana e que junto com o sindicato dos motoristas a gente pudesse encontrar uma forma de ir juntando o governo do estado, as prefeituras das região metropolitana, a gente encontrasse uma forma de garantir o trabalho dos motoristas e cobradores, garantir a livre circulação da população e que a gente evitasse que a população fosse vítima da violência. E há um outro fato Deputado Julião, que eu acho muito grave. É que as empresas de ônibus estão descontando de motorista e cobrador os assaltos, o roubo que há nos ônibus. Eu acho que não há motivo, é ilegal as empresas de ônibus tentarem descontar do salário de motorista e cobrador o resultado dos furtos, dos roubos que acontecem nos coletivos. Quando eu fui deputado federal apresentei um projeto de lei proibindo as empresas de descontarem as peças que são danificadas durante o trabalho normal dos motoristas, as empresas obrigam os motoristas a pagarem aquelas peças. E eu fui informado que as empresas toda vez que há um assalto, as empresas cobram de motorista e cobrador que eles paguem aquele assalto que houve. Isso não tem cabimento. Não é competência dos motoristas e cobradores zelar pela segurança. Não tem justificativa as empresas tirarem de pessoas humildes, pessoas que trabalham a vida inteira e conseguem no máximo o mínimo para sobreviver, ainda terem que pagar o prejuízo que as empresas têm por conta de assalto e por conta de roubo. Eu estou estudando uma forma para saber se o legislativo

estadual tem competência para legislar sobre esse assunto e se tiver eu vou junto com sindicato discutir uma medida legislativa para proibir as empresas de ônibus de descontarem peças e descontarem os prejuízos que as empresas têm com os furtos, com os assaltos que há nos ônibus de São Luís. É injusto e acho que nós podemos aqui pela Comissão de Relação dos Trabalhos fazer uma discussão entre motoristas e cobradores. A Deputada Graça aprovou aqui um projeto para dar segurança, até agora as empresas não implantaram porque não querem ter prejuízo, porque elas só querem ter lucro, não se preocupa com o usuário e mais do que isso acabam extorquindo os seus funcionários obrigando a pagarem peças e há prejuízos de roubos e assaltos. Portanto, era essa a minha solidariedade que eu queria deixar aos motoristas e se a Assembleia tiver competência eu vou apresentar um projeto proibindo empresas de descontarem peças, descontarem prejuízos com roubos e assaltos nos transportes coletivos. Obrigado.

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ - Bloco Parlamentar Progressista.

IV - EXPEDIENTE FINAL

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ - Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin. Declina. Deputada Helena Heluy.

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA AOS 07 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2004, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

STENIO RESENDE – (Assumiu a Presidência)
 MAURO BEZERRA
 CARLOS BRAIDE
 JOSÉ LIMA (Suplente)
 RUBENS PEREIRA (Suplente)

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 181/2004 – Emitido á EMENDA PROVISÓRIA Nº 006/2004, que DÁ nova redação ao art. 54, ao caput e o parágrafo único do art. 78, da Lei 6.110, de 15 de agosto de 1994, que DISPÕE sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; ALTERA a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003, e REVOGA a Medida Provisória nº 001, de 29 de julho de 2004.

Encaminhada a Medida Provisória à Assembleia Legislativa foi aberto o prazo para oferecimento de emendas, já encerrada, tendo a Deputada Helena Barros Heluy, apresentado 04 Emendas à presente Medida.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado MAURO BEZERRA

PARECER: Contrário à Medida Provisória nº 006 – por conseguinte foram rejeitadas as Emendas de nºs. 01, 02, 03 e 04.

DECISÃO: Rejeitada pela maioria nos termos do voto do Relator, contra o voto do Deputado Rubens Pereira.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
 Secretária da Comissão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
COMISSÃO DE RELAÇÕES DO
TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

P A R E C E R N° 184/2004

RELATÓRIO:

Capeado pela Mensagem n° 04/2004, datada de 24 de setembro do ano em curso, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador MILSON DE SOUSA COUTINHO, encaminha a esta Casa, o incluso Projeto de Lei Complementar n° 010/2004, que altera a redação do art. 77 da Lei Complementar n° 14, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

O Chefe do Poder Judiciário, através da Mensagem, justifica a proposição afirmando que: o projeto não objetiva reajuste imediato de subsídios da Magistratura do Maranhão no corrente exercício de 2004, mas cumpre, tão – somente, o indeclinável dever de ajustar a defasada legislação estadual às disposições da Emenda Constitucional 41/2003, com a modificação do art. 37, inciso XI, da Carta Magna da República.

Com efeito, o objetivo da proposição está justificado na forma acima transcrita, não carecendo maiores delongas sobre o assunto e a providência preconizada é perfeitamente legal e constitucional (art. 72, da Constituição Estadual), estando o projeto redigido em boa técnica legislativa.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, estando, portanto, a matéria sob exame, fundamentada no princípio constitucional da reserva de iniciativa, assegurada ao Chefe do Poder Judiciário, conforme dispositivo acima citado. Opinamos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar n° 010/2004, de autoria do Poder Judiciário.

É o voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Nos termos do art. 43 do Regimento Interno deste Poder, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento, Finanças e Fiscalização e a de Relações do Trabalho e Administração Pública, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, por maioria votam pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 010/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”
, em 13 de outubro de 2004.

Dep. STÊNIO RESENDE-PRESIDENTE, em exercício
Dep. CARLOS BRAIDE RELATOR
Dep. MAURO BEZERRA
Dep. ALBERTO FRANCO
Dep. SOLINEY SILVA - contra
Dep. RUBENS PEREIRA
Dep. RUBEM BRITO
Dep. LUIS PEDRO
Dep. MANOEL CEARÁ

P A R E C E R N° 185/2004

RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei Complementar n° 009/04, encaminhado a esta Casa de Leis, pelo Órgão do Ministério Público (Procuradoria Geral de Justiça), através do ofício n° 213/2004-GPGJ, que extingue Promotorias de Justiça criadas pela Lei Complementar 71/2004, altera a redação do capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar n° 13, de 25 de outubro de 1991 e dá outras providências.

Ao justificar sua proposição, aduz o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, que a extinção das 2^{as} Promotorias de Justiça de Coelho Neto e de Zé Doca, bem assim a 3^a Promotoria de Justiça de Barra do Corda se deve ao fato de recentes alterações do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado, com a extinção das vagas respectivas, o que revela a desnecessidade, no momento atual, de se efetivar a instalação desses novos órgãos de execução ministerial.

Essa justificativa, por si só atesta a pertinência da medida na que tange ao seu conteúdo.

Analisando a proposição à luz do ordenamento jurídico em vigor, não vislumbramos óbice algum a sua aprovação, porquanto se trata de assunto incluso entre os de iniciativa privativa do Procurador-Geral de Justiça, a teor do disposto no artigo 94, § 2º, I, da Constituição Estadual.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, legalidade e jurisdicção, e por conseguinte pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 009/2004, de autoria do Órgão do Ministério Público.

É o voto.

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Legislativa n° 449, de 24/06/04, (Regimento Interno), deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Orçamento, Finanças e Fiscalização e; Relações do Trabalho e Administração Pública.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 009/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
em 13 de outubro de 2004.

DEPUTADO STÊNIO RESENDE – PRESIDENTE, em exercício

DEPUTADO CARLOS BARIDE – RELATOR
DEPUTADO MAURO BEZERRA
DEPUTADO ALBERTO FRANCO
DEPUTADO SOLINEY SILVA
DEPUTADO RUBENS PEREIRA
DEPUTADO RUBEM BRITO
DEPUTADO LUIZ PEDRO
DEPUTADO MANOEL CEARÁ



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas